

UM MUNDO EM TRANSE A PROPÓSITO DE TRÊS PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA (CEPCEP)*

*Avelino de Freitas de Meneses***

INTRODUÇÃO

Os três livros que nos compete apresentar, o n.º 16 da revista *Povos e Culturas* e o n.º 18 da coleção Estudos e Documentos, intitulado *China e Portugal. Cinco Centúrias de Relacionamento: uma leitura académica*, e ainda o estudo de Duarte Ivo Cruz sobre *A África na Dramaturgia Portuguesa e Africana*, correspondem a outras tantas publicações que cumprem os propósitos do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) «... atinentes ao estudo da interação cultural que a presença portuguesa gerou no seio dos povos dos vários continentes, fomentando, por essa via, a compreensão e a aproximação mútuas».

Estas obras, que tratam de África, mas sobretudo do Oriente, respeitam a 2/5 das áreas geoculturais do CEPCEP, que incluem também Portugal, o Brasil e as Comunidades Portuguesas. Por acréscimo, o envelhecimento ativo e o diálogo intergeracional e a crise da civili-

* Alocução proferida no lançamento do n.º 16 da revista *Povos e Culturas*, do n.º 18 da coleção Estudos e Documentos, intitulado *China e Portugal. Cinco Centúrias de Relacionamento: uma leitura académica* e do livro de Duarte Ivo Cruz, *A África na Dramaturgia Portuguesa e Africana*, ato ocorrido em Lisboa, na Universidade Católica Portuguesa, a 2 de outubro de 2014.

** Professor Catedrático da Universidade dos Açores.

Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) – Universidades Nova de Lisboa e dos Açores.

Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo dos Açores.

zação ocidental, vítima dos seus próprios expedientes, agora muito melhor interpretados pelos orientais, são fenómenos definidores do futuro de Portugal e dos portugueses, que justificam introdução na agenda universitária, sobretudo de uma universidade católica, mais sensível aos problemas do Homem e das Sociedades. De resto, o rigor científico e o exercício da interdisciplinaridade constituem outras tantas marcas da atividade do CEPCEP no seio da Universidade Católica Portuguesa.

1. A REVOLUÇÃO DA IDADE

O n.º 16 da revista *Povos e Culturas* inclui um profundo diagnóstico do envelhecimento ativo e do diálogo intergeracional, decorrente das análises de Roberto Carneiro, Fernando Chau, Cândida Soares, José de Sousa Fialho e Maria João Sacadura, muito atento à realidade de Portugal e ao enquadramento na Europa. Em 1960, os portugueses com mais de 65 anos correspondiam a 8% da população. Em 2011, os portugueses com mais de 65 anos já equivaliam a 19% da população. Em 2040, os portugueses com mais de 65 anos representarão 32% da população. Além disso, os idosos estão cada vez mais pobres, vivem cada vez mais isolados. Aparentemente, encontramos-nos perante um drama sem solução. Todavia, em vez de profetas da desgraça, os autores acima referenciados são arautos da esperança, porque na caracterização dos seniores de hoje identificam cada vez mais velhos, pela averiguação da idade, cada vez mais jovens, pela capacidade de ação. Além disso, perante o assomo do individualismo e a degradação do Estado, reconhecem a emergência de um novo mutualismo, protagonizado por grupos de cidadãos, por poderes locais, caso das misericórdias e dos municípios, e pelas igrejas, encontrando-se a católica à frente das demais, por ser a herdeira multissecular de práticas de assistência em socorro de toda a tipologia de necessitados.

A tradição identifica os idosos com um grupo de doentes e de acamados, que aguarda, que inclusivamente quase anseia, pelo termo da existência, dado o insuportável peso da dor e do sacrifício. Em sociedades cheias de jovens, como eram as nossas comunidades de outrora, os velhos eram uma minoria social a pender para o inútil, porque já improdutiva, mesmo após uma vida de canseiras e de rea-

lizações. A sociedade da atualidade é substancialmente diferente da sociedade de outrora. Outrora, a abundância de jovens justificava que sobre eles recaísse todo o esforço da educação. Outrora, uma escassa percentagem de idosos não justificava a realização de um investimento público substancial. Na atualidade, a melhoria das condições de vida suscita o acréscimo da esperança de vida. Na atualidade, o novo comportamento demográfico suscita o decréscimo dos nascimentos. Por tudo isto, do passado para o presente, ocorreu uma profunda alteração da dimensão e da essência da velhice. Quantitativamente, há um maior número e uma maior percentagem de velhos. Qualitativamente, transformou-se o caráter da pessoa idosa. Agora, os idosos constituem um grupo social numeroso e útil, formado por pessoas que, mesmo à margem dos circuitos da produção, possuem capacidade de contribuição para o progresso da comunidade.

1.1. A mais-valia dos seniores

O envelhecimento das nossas comunidades é um sinal de progresso da civilização, logo muito mais evidente nos países desenvolvidos. Além disso, trata-se de um fenómeno duradouro, resistente ao antídoto da imigração, que só atenua o défice da natalidade. Na consideração da velhice social, não propriamente pessoal, em vez da identificação de um problema, temos de ver o indício de uma solução, dadas as características da atual economia do conhecimento, que requer um menor dispêndio de força natural, esta sim própria da juventude.

Os preconceitos contra a velhice, interiorizados de forma quase impercetível, possuem custos elevados, mesmo de natureza económica e financeira. A título de exemplo, carece de confirmação o entendimento mais comum, que aponta quebras na qualidade e na produção da atividade dos seniores. Nestas circunstâncias, é urgente a inversão das nossas atitudes, quer as pessoais, quer as coletivas, para que também forcem a alteração das políticas estatais, acomodadas à convicção da inutilidade dos idosos, uma cruzada que exige a participação dos próprios, no combate às causas da exclusão que eles mesmos admitem, as mais das vezes, sem uma completa consciência.

Num inquérito de rua, quando questionada sobre aquilo que mais gostaria de ser quando fosse adulta, uma criança, concretamente uma menina, disse que gostaria sobretudo de ser avó. E acrescentou

«os avós são os únicos adultos que têm tempo para nós». Os avós são os únicos adultos, continuou ela, «que não invocam uma ocupação permanente, que param, pensam e respondem, e de um jeito que a gente entende». Porém, a tradição não veicula o melhor registo do papel dos avós na educação dos mais novos. A propósito, quem não recorda o velho ditado popular «os pais educam e os avós (des)educam». Apesar da contradição destes testemunhos, na sociedade contemporânea, caracterizada pela crescente ausência dos pais, os avós possuem grande relevo na educação dos netos. Afinal, e de uma certa forma, são pais por duas vezes. Com efeito, agem como suporte afetivo e financeiro de muitas famílias, mesmo como substitutos dos pais, quando estes falham no cumprimento das obrigações e das responsabilidades mais básicas. De resto, em circunstâncias menos dramáticas, com mais tempo útil, é na condição de avós que muitas mulheres e muitos homens descobrem tempo para fazer com os netos aquilo que não tiveram oportunidade de fazer com os próprios filhos.

No País, na sociedade de hoje, os mais idosos, o mesmo é dizer os avós, são o sustentáculo de muitas famílias, são os verdadeiros educadores da juventude. Porém, na diáspora portuguesa, ontem como hoje, os idosos, o mesmo é dizer os avós, são os principais agentes da preservação da nossa matriz cultural, são os melhores instrutores das gerações mais jovens. Fora da terra natal, são mais difíceis as relações entre pais e filhos, porque os primeiros vivem para o trabalho nem sempre digno e compensador, porque os últimos enfrentam as contradições da escola, ora integradora, ora segregacionista, que prejudicam a socialização. Nesta conjuntura, os avós são pontes de diálogo entre as gerações desavindas. Com efeito, são eles que conseguem o retorno dos jovens, primeiro, ao conhecimento das origens, depois, ao respeito e à recuperação das raízes.

1.2. A Universidade e o envelhecimento

Por tudo o que já se disse, as universidades não podem ficar alheias à problemática do envelhecimento. Bem sabemos que a mentalidade de hoje destaca os valores da utilidade imediata e da máxima produtividade, que suscita a glorificação dos mais fortes, que propicia a revelação do liberalismo mais selvagem, ao mesmo tempo um estímulo de progresso económico e um fator de promoção da injus-

tiça. É claro que importa contrabalançar tanto exagero. É claro que importa obter maior equilíbrio. A consolidação do progresso e o aprofundamento da justiça exigem a adoção de práticas diferenciadas que importa conciliar, dada a relevância social dos seus fins. O acréscimo da competitividade é um instrumento de progresso, o exercício da solidariedade é um instrumento de justiça. Neste caso, as instituições da sociedade democrática e do estado de direito são o campo de harmonização do progresso com a justiça. Entre tais instituições, avultam as universidades e os governos. Da universidade, aguarda-se que a formação faculte o desenvolvimento económico e a promoção social. Do governo, aguarda-se por um papel de regulação, para que a competitividade seja um fator de progresso, sem ser um instrumento de desrespeito pela condição humana, para que a solidariedade seja um fator de justiça, sem ser um instrumento de paralisação da iniciativa.

A nova universidade de hoje, filha da nova sociedade de hoje, tem de apostar na captação de novos públicos. Para além dos mais jovens, também os profissionais, mas ainda os desocupados, muitos deles idosos, menos jovens, mas cada vez mais jovens. No futuro, a atração dos desocupados, muitos deles idosos, será sempre, e cada vez mais, o objetivo capital da gestão universitária. Um objetivo que evidenciará a utilidade pública da universidade do amanhã, já que a integração dos menos jovens e dos mais desocupados resultará em atividades úteis, na perspetiva da coletividade, e em atividades compensadoras, na perspetiva do indivíduo. Quer tudo isto significar que na atualidade a essência da universidade é a pluralidade, isto é, uma universidade de todas as idades, uma universidade para todas as idades.

2. A CRISE DO OCIDENTE

Mudemos de rumo! Abeiremo-nos da atual crise, que nos levará ao relacionamento entre o Ocidente e o Oriente, entre Portugal e a China. Um tanto paradoxalmente, sem qualquer cataclismo natural, sem qualquer intromissão sobrenatural, Joaquim Aguiar analisa a irrupção da atual crise, fruto da distração, mais do que do colapso, dos mecanismos de regulação e que exige uma correção, visando a célere retoma, primeiro, da normalidade, depois, do progresso. A complexificar o fenómeno, Ignace Bertin faz recuar a génese da hecatombe

do fatídico ano de 2008 para o início da década de 1970, talvez para a crise petrolífera de 1973, que equivale ao termo de um extraordinário crescimento da Europa, construído sobre os escombros da 2ª guerra mundial. Claro que a crise não corresponde ao fim do Mundo, mas a crise corresponde ao fim de um mundo que nós, por influência de todos os «ismos» do século XX, desde o cristianismo até ao comunismo, entendíamos possuir por meta natural a perfeição.

Quanto ao diagnóstico da crise, está traçado e é simples. Trata-se de uma doença das sociedades desenvolvidas, que se encontram sob o ataque de um vírus, por elas próprias criado, por elas próprias disponibilizado às sociedades emergentes, que agora abusam da sua utilização como arma de arremesso contra os grandes de outrora, de todo destituídos de qualquer antídoto. Na prática, tudo se resume no seguinte: aquilo que é talvez inadvertidamente anunciado pela política e pelos políticos e aquilo que é talvez justamente esperado pela sociedade e pelos cidadãos não possui correspondência naquilo que é efetivamente realizado pela economia, quer por empresários, quer por trabalhadores. Por outras palavras, o decréscimo da receita, fruto da contração da competitividade e da capitalização, e o acréscimo da despesa, fruto da expansão da distribuição e do protecionismo, aniquilam a prosperidade do passado e impedem a sustentabilidade do futuro, constituindo a memória dos vivos um entrave à obtenção de maior razoabilidade.

Cada qual à sua maneira, Henrique Pinto, Isabel Gil, Guilherme de Oliveira Martins, José Ribeiro e Castro, Irene Rodrigues, José Félix Ribeiro e Carla Fernandes gravitam em redor da crise da civilização ocidental: das causas, das consequências e das soluções. Porém, todos evidenciam uma preocupação comum, que é a seguinte: a inexistência de um projeto de futuro e o desejo de regresso ao passado, requerido pelos cidadãos de todos os estratos sociais e por todos os políticos, da direita mais radical à esquerda mais extremista, parecem significar o canto de cisne do Ocidente. Além disso, historicamente, a falta de alternativa, que foi causa da ruína de todas as civilizações, poderá ser também a nossa doença e depois a nossa morte.

A crise não é material. Pelo menos, não é apenas material. A crise é moral. Pelo menos, é essencialmente moral. A crise resulta de uma traição à doutrina e ao pensamento de Adam Smith, que admitiu o interesse próprio, mesmo a maximização do lucro, mas sempre no

respeito por princípios éticos fundamentais. Hoje, com o declínio das influências religiosas mais tradicionais, não resta nada, não há valores. Do convívio social e das relações económicas desapareceram a prudência, a confiança e até a decência. Neste deserto assustador, sobra o relativismo, ou seja, a moralidade do imediato, que reivindica direitos, que ignora deveres, e que determina a prevalência do material sobre o espiritual, do presente sobre o futuro e do individual sobre o coletivo. Além disso, quando o bem-estar dos progenitores ameaça a sobrevivência dos descendentes, o perigo é total, porque abala a própria preservação da espécie.

2.1. As causas

Como foi possível chegar aqui? Através de uma conjugação de causas, externas e internas, longínquas e próximas. Após a 2ª guerra mundial, em circunstâncias irrepetíveis, a Europa registou um crescimento de cerca de 30 anos, até meados da década de 70. Porém, agora, a desindustrialização das economias ocidentais ameaça a hegemonia política e económica dos norte-americanos, e sobretudo dos europeus, sobre o denominado Terceiro Mundo. A este fenómeno não são alheios, a partir dos anos 80, a abertura e o fortalecimento das economias da Ásia, dada a liberalização do comércio mundial, mais recentemente, o progresso da globalização, que motiva a «deslocalização» das indústrias para Oriente.

Na Europa, Portugal regista índices negativos, mesmo dramáticos, em matéria de desaceleração do progresso. Antes do 25 de abril, o atraso tecnológico, a proteção aduaneira, a preponderância dos mercados metropolitano e colonial e até a inexistência da pressão sindical definem o semblante de uma produção escassa e rudimentar. Após o 25 de abril, ocorre a perda de competitividade da economia, em virtude do acréscimo do custo do trabalho, mesmo que socialmente justo, em virtude do decréscimo da produtividade, financeiramente insustentável. Por acréscimo, o controlo do Estado, bem patente na vaga das nacionalizações, subtrai experiência de correlação internacional aos empresários portugueses no confronto com os concorrentes europeus. Além disso, na perspetiva histórica, depois de meio milénio a viver do Ultramar e para o Ultramar, a devolução de Portugal à Europa ocorre em estado de grande orfandade. A adesão à então CEE

afigura-se, na altura, como inevitável, mais do que isso, como solução inevitável. O projeto foi também apresentado, conscientemente ou não, com fantasia, mesmo como uma ilusão. Isso teria sido evitável, mas não o foi. Claro que chegaram dinheiros ocasionais nem sempre bem investidos e que não debelaram um atraso multissecular.

Nos nossos dias, o alargamento da União Europeia, por exemplo, a Leste, traduz-se em acréscimo de concorrência, em decréscimo de ajudas. Agora, tudo é muito mais difícil. Contra o pregão do facilitismo, exige-se maior competência, rigor e responsabilidade. Ademais, a entrada na zona euro corresponde à entrega da condução da política monetária ao Banco Central Europeu e transforma o orçamento em sede exclusiva das opções económicas e financeiras fundamentais, determinando a impossibilidade do recurso à desvalorização da moeda. Houve naturalmente tempos de prosperidade, devidos ao acesso a fundos europeus, à baixa do preço do petróleo posterior a 1984, às remessas dos emigrantes, ao produto das privatizações, ao ajustamento do valor do escudo e à queda das taxas de juro. Todavia, o crescimento da despesa pública traduziu-se na maior dívida nacional dos últimos 120 anos.

Em suma, foi possível chegar aqui, porque a engenharia financeira, uma coisa que verdadeiramente não existe, se converteu no novo paradigma da economia, que não encarava a escassez de recursos como uma restrição, gerando um bem-estar insustentável, porque sem alicerces, necessariamente materiais. A expansão do consumo, o acréscimo do endividamento e a generalização do crédito foram as faces visíveis dos devaneios da economia e das finanças.

2.2. Os culpados

E quem foram os culpados? Foram os teóricos, porque acreditaram em demasia na capacidade de auto-regulação dos mercados e o mercado, por si só, não resolve tudo, já que até cria novos e maiores problemas. Foram os reguladores, que não tiveram capacidade de previsão da crise. Foram os bancos, que praticaram taxas de juro muito baixas, contra a poupança, a favor do crédito. Foram os gestores, por vezes, pouco escrupulosos, muitas vezes, exemplos de maus costumes, acima de tudo, preocupados com o curto prazo, com a manipulação dos resultados trimestrais, e distraídos das tendências de longo

prazo. Foram os governos, talvez cheios de políticos, demasiado atentos à próxima eleição, talvez vazios de estadistas, esses sim mais atentos à próxima geração. Foi também a profissionalização da política, convertida em modo de vida indispensável, que gera um corpo de dirigentes dependente e desvalorizado, avesso a qualquer verdade inconveniente. Mas os culpados foram finalmente, e sobretudo, os especuladores. Os especuladores não foram apenas indivíduos ricos, gananciosos e barrigudos. Os especuladores fomos também todos nós, quando em matéria financeira desprezamos o bom senso, correndo riscos excessivos.

2.3. As soluções

E quais são as soluções? Antes de mais, radicam nos ensinamentos da história, porque o conhecimento do passado facilita a compreensão do presente e ajuda na projeção do futuro. Entretanto, impõe-se uma inversão de procedimentos. É certo que, perante a explosão demográfica dos últimos séculos, a economia de mercado, mesmo à escala mundial, originou um acréscimo de riqueza e de bem-estar. Assim, é de crer que continuará a ser necessariamente uma solução, embora seja necessário conciliá-la com a prática da moderação e com o hábito da poupança, em benefício da sustentação da existência. Basicamente, temos de aprender a viver com aquilo que produzimos. Mesmo assim, a tarefa não é fácil, porque internamente é profundo o descalabro, porque externamente a Europa não poderá ajudar muito, dada a recessão irreversível, que em 2050 fará com que represente na produção mundial somente metade da quota do começo do século.

2.3.1. A recuperação dos valores

A superação da crise demanda também a retoma dos valores porque, em qualquer estratégia de desenvolvimento, a ciência e a tecnologia, mesmo que servidas por adequada inovação, não ultrapassam todos os obstáculos, não vencem todas as dificuldades. Quer isto significar que resta sempre espaço para a afirmação dos valores, para a valorização da fé, para a consideração da ética.

Dos pré-socráticos até ao presente, a civilização ocidental demonstrou uma confiança absoluta no progresso científico, mesmo

num progresso ilimitado, que admite um amanhã sempre mais produtivo e interessante do que o ontem. Entre nós, o desenvolvimento incessante da ciência e a evolução constante da tecnologia constituem o alicerce do poder do Ocidente. No futuro, continuará a ser assim? Ou estarão à vista limites e barreiras às nossas expectativas? É certo que a ciência não cumpriu todas as promessas, já que a doença, a fome, a injustiça e a guerra continuam a amaldiçoar a Humanidade. Pior do que isso, a descrença na Ciência motiva o aparecimento da fé curadora e da terapia mística, que alcançam lucros indevidos. Deste modo, apesar da sofisticação tecnológica, o clima atual da consciência é mais propício à demonologia do que o da Idade Média.

Quer tudo isto dizer que, uma vez mais, carecemos de valores, porque são eles que conferem justiça ao desenvolvimento. Ademais, carecemos de valores, porque um grande número de pessoas em todo o Mundo, e agora também na Europa, vive em condições de grave privação. A acumulação de riqueza não é propriamente ilegítima, pois indiretamente suscita a generalização de maior abundância. No entanto, o princípio do Homem não admite a exploração do Homem pelos homens. Com isto, não pretendemos o repúdio do capitalismo, porque a história já demonstrou que é um sistema económico com capacidade de tirar partido das crises para se auto-reformar. Mesmo assim, a transferência de riqueza é uma indispensabilidade entre nações e classes sociais, apesar de concordarmos com um sistema de apropriação individual da propriedade, sobretudo depois do colapso colossal dos regimes de propriedade coletiva.

A inexistência de valores é um sinal de declínio porque vivemos em Democracia, tida, aqui no Ocidente, por regime moralmente superior, baseado numa cultura de esperança num mundo melhor, alcançável neste local e neste momento, através do esforço social e político, por oposição às culturas de resignação, mais características do Oriente.

3. PORTUGAL, A CHINA E AS RELAÇÕES OCIDENTE/ORIENTE

Na génese da atual crise, acha-se uma profunda inversão do relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Os descobrimentos dos séculos XV e XVI e depois a revolução industrial dos séculos XVIII e

XIX geraram o predomínio do Ocidente, traduzido numa sucessão de hegemonias, primeiro, a dos ibéricos – portugueses e espanhóis – a seguir, a dos nórdicos – franceses, holandeses, ingleses e norte-americanos. Ainda depois disso, em 1989 e em 1991, a queda do muro de Berlim e a implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, respetivamente, pareciam corresponder ao fim da história, através do triunfo definitivo do Ocidente, cingido à prevalência de uma única potência – os Estados Unidos. Mas, contra todas as expectativas, nas últimas décadas, verificou-se uma aceleração sem par do processo histórico, caracterizada pela incorporação pelos orientais dos valores dos ocidentais, em prenúncio da inversão da hegemonia, desta vez vertida na dianteira do Oriente perante a estagnação do Ocidente. A face visível do fenómeno é a emergência da China e da Índia, quicá também do Brasil e de Angola em paragens meridionais. A face visível do fenómeno é a preponderância dos oceanos Pacífico e Índico, também do Atlântico Sul, e o declínio do Atlântico Norte, mesmo perante o Ártico, dadas as potencialidades económicas e estratégicas, e o Mediterrâneo, dada a instabilidade política e militar. A face visível do fenómeno oxalá não seja a guerra, ditada pela superioridade militar do Ocidente, para impedir a perda do domínio tradicional. A face visível do fenómeno poderá ser mais dramática para a Europa, e particularmente para a União Europeia, se colocar em perigo uma paz duradoura de cerca de meio século, se a contração e a decadência não possuírem por correspondência a cooperação e a solidariedade, se o nacionalismo do passado superar o europeísmo do futuro.

No entendimento da correlação entre o Ocidente e o Oriente, tem utilidade a obra *China e Portugal. Cinco Centúrias de Relacionamento: uma leitura académica*. No último meio milénio, a China e Portugal fizeram percursos diferentes. Em 1433, a China, após mais de dois séculos de expansão, por exemplo, traduzidos na exploração da costa oriental africana, entrou em fase de isolamento. Em 1434, volvido o Cabo Bojador, através da exploração da costa ocidental africana, Portugal entrou numa fase de abertura, que propiciou a chegada à Índia por mar em 1498, após a ultrapassagem do Cabo da Boa Esperança em 1487-88. A viagem de Vasco da Gama à Índia trouxe pouca informação sobre a China, à exceção de uma notícia colhida em Goa, relativa a um povo de «... cristãos-brancos, com cabelos compridos, semelhantes aos alemães, sem barba, salvo em torno da boca». Com a

passagem do tempo, sobreveio, primeiro, o interesse, depois, o deslumbramento, sobre os negócios da China. Em 1569, no *Tratado das Cousas da China*, Frei Gaspar da Cruz já considera que os chineses em tudo excedem os demais povos, no número dos homens, na grandeza do território, na arte da administração e na acumulação de riquezas.

À exceção, entre os séculos X e XIII, de contactos com a ilha de Timor e com paragens da África Oriental, territórios do futuro império colonial português, a correspondência entre portugueses e chineses tem início em Malaca em 1509 e possui continuidade nas expedições à China de Jorge Álvares, em 1514, e de Tomé Pires, em 1517, esta com carácter de embaixada oficial. Aliás, a *Suma Oriental* de Tomé Pires faz num dos seus capítulos uma descrição da China que é, ainda hoje, um instrumento indispensável para o entendimento do universo chinês nos alvares do século XVI.

No Oriente, o encontro entre portugueses e chineses caracteriza-se pela cordialidade efémera, pela hostilidade duradoura. Uma consequência da imperícia dos portugueses, que creem na possibilidade da utilização dos métodos violentos e militares, adequados na Índia, dado o conglomerado de estados costeiros rivais, inadequados na China, um potentado muito mais poderoso, quase indomável. Uma consequência também da perturbação dos chineses, habituados à tradicional vigilância da terra, mas agora confrontados com a nova ameaça do mar. Após o embate inicial, a normalização das relações sino-portuguesas decorre por décadas, sendo obra de mercadores, sobretudo de missionários, por exemplo, da nova Companhia de Jesus, uma emanção da reforma tridentina, que a prazo cria um corpo de evangelizadores locais, em Macau e na própria China continental. Na evangelização, ressalta o pioneirismo de S. Francisco Xavier, que morre às portas da China em 1552, depois de uma obra de apostolado por todo o Oriente, desde a Índia até ao Japão.

A normalização e depois a intensificação das relações sino-portuguesas beneficia do entreposto de Macau, uma doação da China a Portugal, em compensação pelo apoio português contra a pirataria marítima prestado entre 1557 e 1564, afinal mais uma prova do entendimento entre os impérios lusitano e do meio. Após a contração da presença portuguesa no Oriente, resultante das incidências da União Ibérica, e com maior continuidade após a Restauração, só muito recentemente, depois do despertar da China de uma letargia de sécu-

los e da reposição da democracia em Portugal, através da revolução de 1974, se assiste ao restabelecimento das relações diplomáticas há 35 anos atrás, precisamente a 8 de fevereiro de 1979. Até 1999, o relacionamento decorreu em redor da transição de Macau para a República Popular da China. Após 1999, o relacionamento decorre em torno do desenvolvimento de uma parceria estratégica global. Volvida a obsessão maoísta de defesa da integridade territorial, agora, sob o signo do desenvolvimento da economia e da notoriedade internacional, a prioridade consiste na recuperação do estatuto de «Grande Poder», uma realidade já dos nossos dias, quando a China é o país mais populoso do Mundo e o 2º potentado económico mundial, e a breve trecho decerto o 1º de todos, fruto do registo nos últimos 30 anos do maior crescimento universal.

A aproximação da China e de Portugal passa muito pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e pela União Europeia. Quanto à CPLP, para os chineses, é uma comunidade de 250 milhões de consumidores, que usa a mesma língua, por sinal a mais falada no hemisfério sul. Por acréscimo, na CPLP, os chineses ainda valorizam uma comunidade de base marítima, que estabelece consórcio entre o Atlântico Norte, em declínio, após a implosão da URSS, e o Atlântico Sul e o Índico, em ascensão, e onde brotam potências emergentes, por exemplo, a Índia, o Brasil e Angola. Quanto à União Europeia, para os chineses, Portugal é o país europeu que historicamente melhor conhece a China, sendo também o melhor acesso ao mercado europeu, ao arrepio das cautelas e dos entraves aduaneiros.

Na correspondência entre Portugal e a China de hoje, prova-se que é conveniente fazer valer a utilidade da história na obtenção de proveitos materiais, mesmo no estímulo ao crescimento da economia.

4. ÁFRICA E OS PORTUGUESES

Dos livros aqui em apreço, o n.º 16 da revista *Povos e Culturas*, em parte, e o estudo de Duarte Ivo Cruz, na totalidade, tratam de temática africana. No século XV, em África, a exploração da costa ocidental é mais do que uma mera etapa da viagem e do plano da Índia. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, África é o alforge da mão-de-obra escrava, indispensável à laboração dos engenhos e das minas do Brasil

e das colónias espanholas da América do Sul. No século XIX, após a independência brasileira, e perante o fracasso da regeneração liberal, que tenta a integração de Portugal na Europa mais desenvolvida, África é a base da recomposição do império colonial português, apesar das contrariedades da Conferência de Berlim (1884-85) e do Ultimato Inglês (1890), que determinam o menosprezo do direito histórico e a valorização do domínio efetivo. Aliás, em 1875, o reconhecimento da necessidade de exploração do interior africano origina a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, que beneficia das incursões de uma imensidade de exploradores, à cabeça de todos eles o célebre e malgrado Silva Porto. Após a 1ª guerra mundial, antes da obstrução salazarista, a pressão da comunidade internacional, o descontentamento dos colonos brancos e a depreciação dos autóctones suscitam a promoção da autonomia política e do desenvolvimento económico, que exigem o estudo do terreno e das suas populações. Após a 2ª guerra mundial, a resistência portuguesa à descolonização provoca o redobrado investimento na exploração do território e na identificação das suas gentes. Neste contexto, académicos de mérito e funcionários abnegados desenvolvem trabalho metódico, mesmo científico, que suscita o acréscimo do conhecimento. Entre os exemplos, contam-se os relatórios constantes do n.º 16 da revista *Povos e Culturas*, relativos a missões antropológicas em Moçambique, realizadas no sexénio de 1945-50, com evidências e com propostas económicas, sociais e culturais de melhoria das vivências das comunidades negras.

Duarte Ivo Cruz analisa África numa perspetiva bem diferente, ou seja, através da sua influência na dramaturgia. Apesar das muitas referências aos cancioneiros medievais, à primazia de Gil Vicente, à inovação de Sá de Miranda, ao impulso das ordens religiosas, particularmente dos jesuítas, e ao renascimento liberal, sob a liderança de Almeida Garrett, ainda persiste a convicção da pobreza do teatro português, defendida por Fialho de Almeida em escrito do dealbar do século XX, onde relevam as denúncias da colonização pelas comédias espanholas do tempo da União Ibérica e da morte, em 1737, de António José da Silva, o Judeu, por ordem da Inquisição.

Na obra *A África na Dramaturgia Portuguesa e Africana* vê-se que o teatro fez o percurso da nossa expansão, seguindo nas caravelas, para entretenimento das tripulações, e atingindo paragens do Além-Mar como agente de missão, dada a incorporação de influências

ultramarinas. Entre os temas africanos da dramaturgia, o autor enumera a colonização, o degredo, a escravatura, o racismo e o sebastianismo, dado o desaparecimento do rei nos areais de Marrocos. Nos Açores, ainda há as danças de pretos e as mouriscas, referidas por Teófilo Braga em S. Miguel. De resto, eu próprio, na minha adolescência, recorro a atuação no largo da igreja das Lajes de uma dança de escravos de S. Mateus, organizada algures na 1^a metade da década de 1970, no âmbito do Carnaval da ilha Terceira, que com mais ou menos exagero é considerado por curiosos e por especialistas como o maior festival de teatro popular de Portugal, talvez de algo mais do que isso.

A leitura do livro revela a velha máxima de que o teatro é a consciência crítica da sociedade. Em África, antes do 25 de abril de 1974, foi o veículo da denúncia do colonialismo dos brancos, agora após a descolonização, é o veículo da denúncia dos abusos dos novos poderes negros.

5. A URGÊNCIA DA LUSOFONIA

Com referências ao Oriente, da Índia, à China e ao Japão, com referências a África, de costa a costa, até com referências mais esparsas à América, concretamente ao Brasil, culturalmente, estes estudos constituem um reforço da lusofonia, essa construção do nosso passado, essa realidade do nosso presente, essa herança do nosso futuro. Durante pouco mais de um século, em parte dos séculos XV e XVI, Portugal construiu um grande império. Durante pouco mais de um século, em parte dos séculos XIX e XX, Portugal perdeu um grande império. No intervalo, não foram suficientes nem a prática da miscigenação nem o progresso da evangelização para garantir a integridade do império. Ao longo dos séculos, aos propósitos de controlo da metrópole, os povos de Além-Mar reagiram, primeiro, com protestos, depois, mesmo com violência, quando a contestação política originou a luta armada. E qual foi o resultado? Foi o reconhecimento da independência dos territórios mais longínquos, de recorte civilizacional mais diverso, primeiro, o Brasil, depois, as colónias de África, e foi a atribuição de autonomia às regiões mais próximas, de semblante mais aconchegado à matriz europeia, casos da Madeira e dos Açores. E como a história não para o processo não acabou! No pre-

sente, como no passado, persistem a ambição e a utopia próprias da condição humana. Os beneficiários da autonomia reivindicam sempre a ampliação dos direitos. Os detentores da independência perseguem ainda os caminhos do desenvolvimento. Sob o estímulo de raízes históricas e culturais comuns, mas também pelo proveito da economia, Portugal tem o dever e a vantagem da constituição de uma comunidade lusófona, erguida sobre bases de cooperação e de respeito, mas ainda muito longe da consumação.

Neste processo, a salvaguarda do essencial requer cedências no acessório. A defesa e a promoção do mercado da lusofonia e o entendimento dos nossos povos exigem respeito pelos milhões de afro-brasileiros falantes anónimos do português. Na perspectiva de Portugal, trata-se de uma postura de inteligência, jamais de um comportamento de subserviência.

6. OUTROS APONTAMENTOS

6.1. A comemoração da República

No rescaldo do centenário republicano, Manuel Clemente, Cândida Proença e Ana Maria Costa Lopes procedem à publicação de textos apresentados em 17 de fevereiro de 2010 no colóquio sobre a República, organizado pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Depois dos embates de 1759, com a investida de Pombal, de 1834, com o trinfo do Liberalismo, e de 1910, com a proclamação da República, a conversão da igreja católica quase que num instrumento, primeiro, da Monarquia Absoluta, depois, da Monarquia Constitucional, finalmente, do Estado Novo testemunha uma louvável capacidade de resistência, embora confundível com uma questionável atitude de colaboração.

Os artigos destacam, entretanto, a problemática da educação, designadamente as incidências da criação de uma escola laica e militante, não de todo condizente com a propaganda da liberdade política e da neutralidade doutrinal. Com a independência que a sucessão do tempo faculta, a averiguação dos factos demonstra o acréscimo do número de estudantes e a redução do analfabetismo, mas também a

insuficiência dos resultados, que não superam de todo os índices da reforma monárquica de 1901, apesar da existência de sinais de progresso, por exemplo, as escolas moveis e o ensino noturno, que contribuem para a elevação da literacia dos povos. Aliás, o maior esforço acontece no alargamento do ensino primário, mas a obtenção dos melhores resultados ocorre no ensino superior, com a extinção do velho monopólio coimbrão, através da fundação das universidades de Lisboa e do Porto. No entanto, o acréscimo do número de estudantes apenas dos estratos sociais médios e altos evidencia o fracasso da tentativa de organização de um arremedo de Serviços de Ação Social.

6.2. Uma referência açoriana

Paulo Silveira e Sousa publica um artigo sobre o cultivo e a exportação de laranja dos Açores, concretamente da ilha de S. Jorge, entre 1800 e 1880. O estudo vale essencialmente por dois pormenores. Pelo reconhecimento da inexistência de um ciclo da laranja nos Açores, porque a diversidade dos ambientes e o afastamento dos mercados apenas permitem a predominância temporária de certas produções, suscitada pela procura euro-ultramarina e pelas aptidões da natureza. Pelo reconhecimento da ação da concorrência externa, mediterrânica, de concreto hispano-italiana, no colapso do comércio dos citrinos, um fator negligenciado pela historiografia tradicional, muito mais inclinada ao destaque dos efeitos nocivos das pragas e das moléstias, que também causa a ruína dos vinhedos.

A terminar, registamos uma nota de homenagem singela e sentida ao Prof. Doutor Mário Lages, insigne académico da Universidade Católica Portuguesa e de toda a universidade portuguesa.